

# Sem FMI, nada de prazo longo

Do enviado especial

**Montevidéu** — Dificilmente o Governo brasileiro conseguirá obter o prazo de seis anos para renegociar a dívida externa com os credores internacionais se o programa econômico aprovado pelo Congresso não passar pelo crivo do Fundo Monetário Internacional, admitiu, ontem, em Montevidéu, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Segundo o Ministro, o ideal, no momento, é o País obter um acordo de dois a três anos para fechar seus compromissos em 1986 e 1987. Assim, poderia fugir do monitoramento do Fundo e manter a economia em crescimento.

Funaro descartou informações de que os bancos credores não prorrogariam os créditos interbancários e comerciais que vencerão no próximo dia 17 de janeiro em represália aos prejuízos provocados pela falência dos bancos Comind, Auxiliar e Maisonneuve. O Governo, disse, continuará pagando de acordo com a lei, que exige, primeiro, a conclusão de todo o processo de liquidação. Os bancos não adotariam atitude dessa natureza

porque não lhes interessaria. Poderiam correr o risco de não receber mais em dia o pagamento dos juros.

— Os dois lados sairiam machucados — alertou o Ministro da Fazenda lembrou que o melhor a ser destacado no momento são os fatos, que falam melhor por si. O País está pagando em dia os seus compromissos e cumprindo o objetivo central de manter o crescimento econômico para continuar gerando emprego. São esses fatos, disse, que devem interessar aos credores, porque permitem a manutenção dos superávits comerciais e o pagamento dos juros em dia. Qualquer medida retaliatória evitaria a manutenção dos superávits e não haveria, consequentemente, possibilidade de continuar os pagamentos. “A opção também é deles”, advertiu.

A viagem do presidente do Banco Central, Fernão Bracher aos EUA, não gerou resultados espetaculares, admitiu o Ministro. Ele apenas apresentou aos credores as contas

brasileiras e o programa econômico aprovado pelo Congresso para o próximo ano sem nenhum compromisso de se submeter às condições do Fundo Monetário. O Governo não está solicitando maiores prazos por duas razões: primeiro, porque não se submeterá às condições do Fundo e, segundo, porque é preciso esperar por melhores alternativas. O Plano Baker, que oferece créditos totais de 47 bilhões de dólares aos países latino-americanos e africanos, está sofrendo duras críticas entre os ministros reunidos em Cartagena, por ser insuficiente e exigir abertura total do comércio exterior. “Assim — disse Funaro — se amarrar em programas longos pode não ser a melhor solução”. Mas o fato admitido pelo Ministro é que quem não aceita avaliar um plano longo de negociação é o FMI, que resiste ao programa brasileiro porque julgou-o insuficiente para atender as suas exigências ortodoxas de ajuste da economia, vivendo no momento perigosa escalada inflacionária.